

A COPASA É NOSSA. DIGA NÃO À PRIVATIZAÇÃO!



A proposta de Emenda Constitucional (PEC) 24/2023, de autoria do governador de Minas Gerais, Romeu Zema (NOVO), para impedir o referendo do povo mineiro para vender estatais de serviços públicos essenciais, foi aprovada na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por cinco votos a dois.

A mobilização popular conseguiu travar várias tentativas de aprovação, obrigando, inclusive a alteração da PEC, que acabou sendo “repartida”, deixando a privatização apenas para a Copasa, com o argumento de dar entrada no pagamento da dívida de Minas com a União, que cresceu monstruosamente no governo Zema.

A privatização da COPASA, no entanto, pode ainda ser barrada com a intensificação da mobilização do povo! Antes de chegar a Zema para promulgação, a matéria precisa passar por Comissão Especial e ser votada em dois turnos no plenário. Vamos à luta! É preciso pressionar, ainda, para a consciência cívica e responsabilidade social dos deputados, além das ações do Ministério Público, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e a apuração da Polícia Federal sobre eventual trama criminosa denunciada na imprensa.

Não à privatização. A COPASA é nossa.

ACORDO COLETIVO DE TRABALHO DO SERPRO



No dia 19/09, o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) SERPRO passará pela aprovação do Conselho de Administração da Empresa e depois irá para aprovação do SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais).

Os trabalhadores seguem em compasso de espera da burocracia, que agora atravessa a assinatura do ACT, depois dele estar aprovado pelas assembleias. Quem acompanha o processo de negociação coletiva do SERPRO desde 1986, quando tudo começou, percebe uma diferença enorme, para pior, da negociação coletiva.

O desfecho da negociação com a aprovação da proposta pelas assembleias era a assinatura do ACT, quase que de imediato.

Agora paira a dúvida: e se o Conselho não aprovar? E se o SEST não aprovar? Mas já não estava aprovado?

Vai vendo...



**I CONFERÊNCIA NACIONAL
POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL
COM DIREITOS SOCIAIS
02 e 03 de Outubro de 2025
no Sindicato dos Metalúrgicos
da ABC e UFABC
São Bernardo do Campo - SP
O SINDADOS-MG ESTARÁ LÁ!**

NEGOCIADORES PATRONAIS COMEÇAM A COLOCAR AS “CARTAS NA MESA”



Na última segunda, 15/09, aconteceu a segunda reunião de negociação entre SINDADOS/MG e o sindicato patronal - SINDINFOR.

Apesar de reconhecerem a perda inflacionária dos últimos 12 meses, medida pelo INPC, de 5,05%, os representantes patronais rejeitaram a maioria das reivindicações da pauta dos trabalhadores e chegaram a propor a retirada de benefícios praticados há longos anos, por força da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Argumentamos em defesa dos direitos já existentes e da pauta de reivindicações, procurando sensibilizar os representantes do SINDINFOR para as necessidades dos empregados.

Nova reunião está agendada para o dia 23/09/2025.



PLANO DE SAÚDE BBTS

A implementação dos 70/30 no plano de saúde dos trabalhadores da BBTS é uma pendência que está sendo cobrada da Empresa pela FENADADOS, como informou o coordenador e diretor da Federação, Elton. A reivindicação é: Empresa arca com 70% dos custos do plano e os trabalhadores com 30%.

A questão encontra-se no SEST (Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais), para aprovação e, conseqüentemente, autorização. Esta burocracia tem sido um entrave, porém, do acompanhamento feito, toda a parte técnica já está concluída, pendente apenas a análise de mérito e a emissão do parecer final, que será encaminhado à diretoria da BBTS.

A implementação, quando ocorrer, almeja-se que aconteça de forma retroativa a junho de 2025.

AGENDA DE AUDIÊNCIAS

Partes		Processo	Audiência		
Reclamante	Reclamado	Numeração	Data	Horário	Local
Sindados MG	Avenue Code	0010767-96.2025.5.03.0007	17/09/2025	13:10	Videoconferência
Sindados MG	Ilha Service	0010693-24.2025.5.03.0013	17/09/2025	13:40	Videoconferência
Sindados MG	BB Tecnologia	0010421-37.2019.5.03.0014	24/09/2025	14:00	Videoconferência
Sindados MG	QA - IT ANSWER LTDA.	0010821-22.2025.5.03.0182	28/10/2025	08:35	Videoconferência
Sindados MG	GOVPREDICT (Quorum Analytcs)	0010650-93.2025.5.03.0108	02/10/2025	09:00	Videoconferência
Sindados MG	FIK Digital	0010565-16.2025.5.03.0106	22/10/2025	10:00	Videoconferência
Sindados MG	Databit Tecnologia	0010578-13.2025.5.03.0139	10/11/2025	13:31	Videoconferência
Sindados MG	AVSYSTEMGEO	0011100-58.2024.5.03.0015	12/11/2025	14:30	Videoconferência
Sindados MG	Globalweb	0010809-49.2024.5.03.0018	02/12/2025	15:30	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010585-16.2025.5.03.0006	16/12/2025	09:40	Videoconferência
Sindados MG	Solusoft Informática	0010272-12.2025.5.03.0182	29/01/2026	10:00	Videoconferência
Sindados MG	M.I. Montreal Informática S.A.	0010761-92.2025.5.03.0006	24/02/2026	09:40	Videoconferência

ANALISTAS DE RECURSOS ESTRATÉGICOS DA PRODABEL PLEITEIAM CORRETA CLASSIFICAÇÃO NO PCCS



Cumprindo o seu papel histórico de apoio e parceria com trabalhadores de TI do estado de Minas Gerais, no dia 3 julho de 2025, o SINDADOS/MG assinou e enviou à diretoria da PRODABEL o pleito dos Analistas de Recursos Estratégicos. Até o momento a Empresa sequer respondeu a correspondência do Sindicato.

O documento denuncia uma defasagem salarial de 12,55%, criada pelo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) de 2009, que, equivocadamente, classificou o Geoprocessamento como uma "função meio". Essa classificação não encontra amparo sequer no próprio Estatuto Social da PRODABEL, que lista explicitamente o

Geoprocessamento como uma de suas "atividades fim".

A equipe da Superintendência de Geoprocessamento Corporativo, conhecida por sua excelência técnica, é crucial para a gestão urbana, prestando serviços essenciais que apoiam áreas vitais como Finanças, Saúde, Planejamento e Fiscalização em Belo Horizonte.

Acreditamos que a solução é o tratamento isonômico desses profissionais com os Analista de Tecnologia em se tratando de carreiras, um passo necessário para corrigir a distorção histórica e reconhecer o valor estratégico de seu trabalho, afinal, geoprocessamento é tecnologia.

Não podemos ficar parados, é hora de questionar. Tal como fizeram os profissionais do geoprocessamento, o SINDADOS/MG convoca todos os trabalhadores da PRODABEL a repensar o PCCS para um futuro melhor, mais justo e coerente com a realidade de uma empresa de tecnologia.

“STOP KILLING GAMES” E SOBERANIA DIGITAL



Já pensou pagar R\$ 400 em um jogo para o seu PS5 ou Switch 2 e, do nada, ele parar de funcionar!? Detalhe: o "seu jogo" parou não porque o seu console estragou, e sim porque a empresa que fez o jogo decidiu que não é mais interessante para ela que você tenha acesso ao jogo que você comprou! É contra esse absurdo que surgiu o movimento "Stop Killing Games".

Como temos visto, pela constante prática de absurdos das Big Techs mundo afora, é evidente a necessidade da soberania digital, tal como expressamos: o Brasil não pode ser refém de Big Techs que arbitram sobre nossa democracia. O "apagamento" de vozes de militantes opositores às grandes corporações de tecnologia mundial, a recusa em cumprir ordens judiciais e o sufocamento de veículos de

imprensa são ataques evidentes à autonomia do nosso Estado.

Essa mesma arbitrariedade que compromete a liberdade de expressão é a que está por trás do movimento global "Stop Killing Games", campanha que já ganhou a atenção de parlamentares europeus, que combate a prática de empresas que tornam jogos digitais inoperantes, mesmo após a compra, privando consumidores que pagaram por estes jogos do acesso a bens que acreditavam ser de sua propriedade.

A lógica por trás de ambos os casos é a mesma: a de que empresas têm o direito de "desligar" o que bem entenderem – seja o perfil de um cidadão ou um jogo comprado pelo cidadão. Essa "ilusão da propriedade" digital é um assalto radical aos direitos do consumidor e, em última instância, à soberania de nossa nação.

O Brasil precisa agir. A proteção do direito do cidadão contra a perda de seus bens digitais é um exercício de soberania, é uma necessidade. É imperativo que o País legisle para garantir que o poder sobre o que é legal e o que é de propriedade do brasileiro esteja sob controle do Estado. Os direitos do consumidor brasileiro não devem valer apenas para os bens físicos, mas também para os bens digitais. O consumidor brasileiro não pode ficar refém de corporações internacionais que, literalmente, possam "puxar" a tomada dos seus jogos segundo seu bel-prazer.